

# **CRISE E SOCIOLOGIA: limites e possibilidades de uma exploração conceitual**

Marcos Paulo Campos  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ)

## **RESUMO**

Este trabalho põe lupa sobre o percurso da idéia de "crise" na produção sociológica clássica e contemporânea. A incorporação deste termo à sociologia adiciona a perspectiva de uma conflitualidade adensada em que os elementos internos ao conflito concorrem, ou podem concorrer, para a dissolução de certa estrutura social. Isso está presente na formulação clássica - sobretudo, na produção de Karl Marx – e na produção sociológica contemporânea que trata dos movimentos sociais. A extensão do percurso intelectual aqui observado é trabalhada num duplo foco em que cabem a formulação marxista sobre o conceito de crise e a permanência desse em trabalhos de autores contemporâneos, sobretudo aqueles que tematizam sobre ações coletivas de contestação. A apropriação do pensamento marxista na sociologia explorou o conceito de crise, quase sempre, como um recurso interpretativo acionado frente a dificuldades circunstanciais de reprodução do capitalismo, ou mesmo, como forma de nomear mudanças evidentes e sensíveis na estruturação social. A sociologia dos movimentos sociais, em boa parte inspirada no marxismo, é parte desta tendência de deslocamento do conceito de “crise” para processos políticos e suas formas de organização e até para classificar impasses internos à produção intelectual que tematiza sobre as ações coletivas de contestação. A produção sociológica brasileira que tematiza sobre as lógicas coletivas do protesto é um bom espaço para essa reflexão. Seja para perceber conjunturas favoráveis à ruptura, as reiteradas “crises” do sistema, seja para interpretar os limites do tensionamento construído pelos setores progressistas ou para dar sentido às inflexões interpretativas da sociologia sobre os movimentos sociais, as tais “crises” interpretativas ; a noção de crise constitui-se como um dispositivo analítico inseparável da sociologia contemporânea. Nesse sentido, cabe a indagação: o que os sociólogos querem dizer quando falam em “crise”?

Este trabalho põe lupa sobre o percurso da ideia de "crise" na produção sociológica clássica e contemporânea. A extensão do percurso intelectual aqui observado é trabalhada a partir da formulação marxista sobre o conceito de crise e, principalmente, da permanência desse em trabalhos de autores pós-clássicos e contemporâneos, sobretudo os que tematizam sobre ações coletivas de contestação. Nesse sentido, também se considera como o termo crise serviu para nomear impasses internos à produção sociológica experimentados frente a amplas mudanças sociais.

## **Crise e sociologia: de Marx aos contemporâneos**

Os autores clássicos da sociologia acolheram em suas preocupações os temas da permanência e da mudança social. Marx, Durkheim e Weber produziram caminhos distintos, nem sempre comunicáveis, para entender tais questões. Contudo, é na produção marxista que encontramos o uso do termo crise com vigor. Esse vigor advém da associação entre o termo e a possível ruptura das relações que sustentam a sociedade capitalista. Não é demasiado repor a afirmação sobre o adensamento das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção como centro do debacle possível da sociedade do capital (MARX, 1980). Para Marx, embora a estruturação capitalista contivesse a permanência de crises cíclicas por motivos diversos (demanda, abastecimento,

valorização) e experimentasse nessas crises novas formas de reprodução, haveria um momento em que as contradições do capitalismo encontrariam seu termo.

É possível dizer que não nos encontramos na situação limite delineada por Marx, bem como é possível afirmar que o sistema capitalista logrou reproduzir-se até os tempos atuais por meio de crises recorrentes. Isso seria apropriado para a situação em que estamos na qual, segundo a economista Maria da Conceição Tavares, vivemos uma crise em “L” que eclodiu em um momento inicial de maior conjunção negativa de fatores posteriormente seguido por um alongamento de seus efeitos perversos, sobretudo no plano distributivo. Para Tavares, “é indiscutível que essa crise possa se converter em depressão duradoura” (p. 14, 2009). Diante disso, cabe a pergunta: e a sociologia, disciplina nascida para compreender os conflitos coletivos, como se relacionou e se relaciona com as tais crises? O que tem a dizer sobre elas?

Qualquer exploração conceitual sobre a relação entre crise e sociologia leva a uma recuperação dos debates internos a este campo científico. Neste trabalho, os desdobramentos do marxismo como teoria sociológica serão considerados com centralidade. Para tanto, cabe observar que a análise da produção marxista em âmbito acadêmico – ou seja, como teoria sociológica e não como teoria de organização política da luta de classes – exige compreender o deslocamento de lugar por qual passou a produção de Marx. Sobre isso, é elucidativo o trabalho de Perry Anderson (1985). O autor afirma que depois da ruptura russa em 1917, o movimento operário enfrentou derrotas estruturantes de certa percepção negativa para a proposta de ruptura revolucionária com a ordem capitalista tal como desejada no “Manifesto Comunista”. Essa crise de orientação estratégica e política contribuiu para a concepção da impossibilidade de que o socialismo viesse a estabelecer-se como alternativa à hegemonia capitalista e implicou deslocamentos ao pensamento marxista. Isso se soma ao forte enfrentamento sofrido pelas organizações e seus intelectuais orgânicos orientados pelo marxismo em países onde ocorrera um florescimento interessante de renovações desse pensamento. Ao ter Lukács, Korsch e Gramsci relegados ao exílio ou a prisão, o marxismo acabou saindo dos espaços organizativos operários, sindicatos e partidos, passando a universidades, centros acadêmicos e institutos de pesquisa.

“Inaugurada com o surgimento da Escola de Frankfurt no final dos anos 20 e início dos anos 30, a mudança foi praticamente absoluta por volta do período da Guerra Fria nos anos 50, quando raramente havia um teórico marxista de algum peso que não fosse detentor de uma cátedra na academia, antes que de um posto na luta de classes” (ANDERSON, 1985, p. 19).

Isso fez com que a reflexão marxista, sobretudo depois da Grande Depressão, fizesse um caminho inverso ao perseguido por Marx. Esse foi da filosofia à política e à economia. O marxismo na Europa do pós-guerra deslizou em direção à reflexão epistemológica e filosófica atendo-se às discussões de método.

É importante ressaltar que, ao adentrar no ambiente acadêmico, o marxismo dialogou, incorporou e passou a compor debates com paradigmas e proposições lógicas alheias à sua tradição, figurando como uma entre outras referências possíveis. Além disso, conviria outro trabalho para tratar dos impactos para a produção marxista dessa nova condição dos seus produtores que passam a ser parte de um corpo burocrático e, por vezes, estável – bastante distinto do trabalhador fabril ou outro profissional de mercado – sobretudo quando falamos em serviço público. O exercício estritamente intelectual de diálogo entre o marxismo e outras teorias sociológicas, mesmo que tenha sido enriquecedor, só foi possível porque houve dissociação entre a reflexão teórica e a prática política dos trabalhadores. Nas palavras de Perry Anderson, “esse deslizamento por sua vez fez deslizar toda a tradição marxista ocidental em direção a um pessimismo subjacente, evidenciado nas inovações que trouxe à ordem temática do materialismo histórico – seja a teoria de Sartre sobre a lógica da escassez, a

visão de Marcuse acerca da unidimensionalidade, a insistência de Althusser sobre a permanência da ilusão ideológica, o receio de Benjamin quanto ao confisco da história do passado, ou mesmo o desolado estoicismo de Gramsci” (p. 20). São inegáveis o progresso filosófico e as inovações abertas aos estudos culturais legados pelo novo espaço de residência do marxismo, o campo acadêmico.

A arte e a ideologia foram o terreno privilegiado dessa tradição aberta pelo marxismo acadêmico, digamos assim. Mais que isso, Perry Anderson afirma que essa produção marxista feita na academia nunca sucumbiu ao *status quo*. Estar numa estrutura burocrática (a universidade) cuja continuidade e lógica interna é relativamente autônoma em relação aos processos organizativos da classe trabalhadora e dos movimentos sociais pode ter contribuído nisso. Além disso, há que se considerar a atrofia da política socialista no mundo e as consoantes imagens utópicas do futuro (e suas respectivas máximas éticas do presente) que marcaram a obra de tantos pensadores marxistas relevantes do século XX.

Se, no início do século XX, a crise de perspectivas para a ação política revolucionária impulsionou o deslizamento do marxismo em direção ao campo acadêmico, nos anos de 1970, as inovações desse deslizamento pareciam perder fôlego e demonstravam estagnação. Houve duas razões para isso. A primeira foi o despertar das revoltas de massa na Europa Ocidental – na verdade, bem no centro do mundo capitalista avançado –, onde a grande onda de inquietação estudantil em (maio de) 1968 (na França) anunciava a entrada de contingentes maciços da classe trabalhadora em uma nova insurgência política. Os desdobramentos do pós-guerra chegaram a uma abrupta interrupção em 1974, questionando pela primeira vez em 25 anos a estabilidade socioeconômica básica do capitalismo avançado. Tanto subjetiva como objetivamente, portanto, as condições pareciam abrir caminho para novos deslocamentos ao marxismo.

A situação histórica dos anos de 1960 e 1970 se conjugava com outra crise interna ao espaço de residência do marxismo. Alvin Gouldner (1970) registra bem as rupturas por quais passava o paradigma funcionalista em sociologia até então dominante nas universidades. Segundo Gouldner, anunciava-se uma crise paradigmática em sociologia porque as novas gerações de sociólogos estavam inquietas diante das dificuldades que o funcionalismo oferecia para lidar com as mudanças sociais devido à sua visão hipersocializada dos agentes sociais. Tanto a dificuldade com mudanças como a percepção não dinâmica dos agentes – ambas derivadas da concepção funcionalista de sociedade auto-regulada e equilibrada, ancorada na moralidade coletiva – se encontravam em questionamento nos debates internos ao campo de produção da sociologia onde o marxismo também se encontrava.

As transformações no mundo capitalista europeu e o enfraquecimento do funcionalismo em sociologia constituem um cenário de florescimentos. O ambiente intelectual impulsionado pelo Maio de 68 apontava, para intelectuais como Perry Anderson, o surgimento de uma nova geração possivelmente capaz de atualizar o marxismo. O autor sustentava que os desenvolvimentos posteriores do materialismo histórico não apenas teria que reexaminar a herança dos pensadores clássicos, de Marx e Engels a Lenin, Rosa Luxemburgo e Trotsky, buscando identificar, criticar e resolver suas omissões ou confusões analíticas. E teriam também que chegar a um acordo sobre o que fazer diante excelente e inovadora produção da historiografia marxista inglesa. Além disso, o marxismo precisaria reencontrar seu lugar nas disputas concretas da classe trabalhadora, na luta de classes.

Como ficam as projeções de Perry Anderson frente aos desenvolvimentos históricos objetivos do marxismo pós Maio de 68? A proposição mais geral, de fato, ocorrerá. Houve um diálogo e um reencontro entre a produção teórica clássica do marxismo e a historiografia inglesa. Contudo, esse reencontro se deu em contornos fora daqueles apontados (e desejados) por Perry Anderson. Houve uma enorme renovação credível e o enfraquecimento daquele marxismo inicialmente experimentado no pós-guerra. A nova perspectiva marxista retomou a centralidade econômica e a investigação do sistema capitalista em sua lógica e processo. A dimensão política, que esteve fora da agenda de investigação

empírica sobre as sociedades ocidentais nas quais o capitalismo vigora com força, foi assumida em trabalhos memoráveis como Poulantzas, Miliband, Offe e Therborn. A estratificação social também assumiu um lugar nunca antes visto na pesquisa a partir do marxismo. Isso tudo foi feito mantendo a relação e a produção no campo filosófico e crítico literário de inspiração marxista. Há muitas sobrevivências e relações entre a tradição marxista e os autores dos anos 1960 e 1970 que este trabalho, certamente, não dará conta de explorar. Contudo, no plano da distribuição geográfica dessa produção se coloca o importante fato de ascensão da perspectiva marxista na produção inglesa e estadunidense. Edward Palmer Thompson e Eric Hobsbawm são autores representativos desse momento com produções que extrapolaram fronteiras e influenciaram marxistas no mundo todo, com destaque para a América Latina.

Se, no campo intelectual, houve certo reencontro entre o marxismo e a dimensão histórica da pesquisa social (afastando-se da especulação filosófica e estética), no campo político, não ocorreu o reencontro que tantos poderiam desejar. Para Perry Anderson, isso se deve a uma ausência total de construção estratégica da esquerda nos países da renovação marxista, Inglaterra e E.U.A.

Embora o registro das inovações no campo do marxismo intelectual seja válido, não se pode dizer que ela tenha substituído o funcionalismo como paradigma dominante na produção sociológica. Segundo Brasília Sallum Jr, “as alternativas teóricas concorrentes ao funcionalismo e ao marxismo se expandiram e se diversificaram, difundindo-se pelos vários ramos e sub-ramos da disciplina” (2005, p. 21). Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o marxismo se renovava, perspectivas em microsociologia se ampliaram em sociologia. O espraiamento de uma postura intelectual avessa a teorias gerais provocou enorme especialização na disciplina. Essa especialização exagerada foi percebida por muitos sociólogos como uma crise de unidade interna da ciência social. Além disso, é importante salientar o surgimento de posturas que questionam a superioridade de disciplinas com pretensão científica, como a sociologia, em relação aos demais saberes. Pode-se dizer, assumindo riscos, que tanto os questionamentos à cientificidade da sociologia como a negação da dimensão política do marxismo encontram no niilismo uma advocacia bastante adequada, ou até suficiente.

A fragmentação teórica instalada com a ascensão da microsociologia e percebida como crise de unidade da sociologia, segundo Charles Camic e Gross Neil, tem sido enfrentada com posturas interessantes desde meados dos anos de 1980. O esforço para superar a fragmentação disciplinar, segundo os autores do artigo “Contemporary developments in sociological theory: prospects and conditions of possibility”, que fora publicado na *Annual Review of Sociology*, está consubstanciado em cinco programas:

- 1) o dos sociólogos voltados para a construção de ferramentas analíticas gerais para serem usadas em investigações empíricas diversas como Bourdieu;
- 2) o dos que tentam construir uma síntese das várias teorias existentes como Walter G. Runciman, Jonathan Turner, Jeffrey Alexander e Anthony Giddens;
- 3) o dos sociólogos que lutam para superar a fragmentação da disciplina por meio do desenvolvimento sistemático de determinada orientação teórica, visando a difundi-la nas várias áreas da sociologia como a escolha racional, o marxismo analítico e o interacionismo simbólico;
- 4) o programa de enriquecer a sociologia através da promoção do diálogo entre perspectivas teóricas diversas como Levine;
- 5) e o projeto de identificar e preencher lacunas conceituais e/ou metodológicas nas perspectivas teóricas disponíveis para, então, explorar as implicações disso na sua reconstrução e alargamento (inclui-se aqui, por exemplo, o conceito de *ação comunicativa*, que, introduzido por Jürgen Habermas para dar conta das circunstâncias em que as ações não são orientadas pelo cálculo do sucesso).

Os programas acima não são os únicos em curso no variado campo de produção da sociologia, mas entre esses cinco projetos de reconstrução citados estão os pesquisadores de maior visibilidade e reconhecimento da disciplina. Para Sallum Jr, é das tarefas necessárias à produção sociológica contemporânea a recomposição analítica da articulação entre estratificação e dinâmica social, pois seu esvaziamento produziu um ônus muito pesado para a identidade da sociologia. Nesse sentido, a sociologia dos movimentos sociais possui uma contribuição interessante ao debate e também acumula interessantes e problemáticos usos do termo crise.

### **Crise e sociologia dos movimentos sociais**

Ao observar a produção centrada nas relações entre estratificação social ou condição de classe e processos sociais, o historiador Peter Burke admite a noção de movimentos sociais como apropriada ao estudo de ações contestatórias promovidas por agrupamentos não institucionalizados no contexto da política moderna. O autor chama atenção para a presença da noção de movimentos sociais já na obra de Eric Hobsbawm intitulada “Rebeldes Primitivos” (1970). Nessa obra, o conceito permitiu observar coletividades de forma distanciada de certo objetivismo estruturalista ou funcionalista não capacitado a perceber o lugar da ação e os diversos referenciais que atravessam a prática social de atores políticos diferenciados e, por vezes, impulsionadores de mudanças históricas. O termo, portanto, possibilitou a Hobsbawm uma saída para a questão da relação entre ação e estrutura tão cara à sociologia. Por sua vez, Alain Touraine considera que “a ideia de movimento social se opôs ao pensamento que coloca a razão de ser das condutas coletivas nos problemas estruturais de um certo tipo de sistema geralmente definido em termos econômicos” (2006, p. 20). Portanto, em franco debate com o marxismo e o funcionalismo, esses autores sustentam que trabalhar com o conceito de movimentos sociais permite entender do lugar do agente social nos processos históricos.

As ações de contestação adquirem sentido e se constituem a partir dos “conflitos sociais em articulação constante com a conjuntura na qual diferentes sujeitos participam” (BARREIRA, 2003, p. 61). São as condições nas quais se apresentam a luta por direitos e melhores condições de vida que permitem delinear o campo de discussão e tensionamento político da ação coletiva. Nesse sentido, os movimentos sociais não podem ser compreendidos fora das relações econômicas, políticas e culturais que objetivamente se colocam como referência para sua luta. Isso coloca os tais movimentos na condição de espaços multifacetados de luta política e remonta à discussão feita por Edward Thompson (1987) sobre a formação dos trabalhadores como sujeito coletivo. Em seu estudo, o autor valeu-se do conceito de experiência para compreender a classe trabalhadora na Inglaterra como um fenômeno histórico, elaborado num processo que reuniu uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados frente a um inimigo comum, nos quais a classe trabalhadora estava presente, antes mesmo de seu momento de irrupção e visibilidade. Dessa forma, Thompson refuta a leitura da história a partir da ideia reificada de classe e propõe a observação dos processos sociais pelo caráter ativo de sua elaboração, levando em conta a ação humana e os condicionamentos sociais. O termo “experiência” é apresentado por Thompson como forma de reunir conceitualmente a postulação por ele trabalhada na qual a atenção ao caráter dinâmico das formas de vida e organização da classe trabalhadora ganham relevo e dispensam o uso estático do termo “classe”.

Contemporaneamente, Boaventura de Souza Santos tem retomado a discussão a respeito da experiência social do protesto. Para o autor, o trabalho sociológico na busca das nuances de um processo social, no qual a mudança se faz por meio da contestação, deve ter uma prática de pesquisa comprometida com o que consubstancia como *sociologia das ausências e das emergências*. Observar ausências é recuperar aquilo que foi transformado em não existente ou invisível pela incapacidade da ciência compreender o caráter multidimensional e infinito da experiência social. Analisar emergências

é perceber as possibilidades colocadas pelas ações de contestação à vida de seus impulsionadores. Segundo Boaventura Santos, o objetivo de sua proposição é “revelar a diversidade e multiplicidade das práticas sociais e credibilizar esse conjunto por contraposição à credibilidade exclusivista das práticas hegemônicas” (2004, p. 798). Essa credibilização da contestação tem espaço de florescimento no momento contemporâneo que, segundo o autor, é marcado por uma conjunção de crises sistêmicas (climática, econômica, institucional) intrínsecas a uma transição paradigmática em pleno curso na qual os movimentos sociais são agentes dinamizadores.

A crítica à modernidade capitalista aproxima o português Boaventura Santos da percepção do brasileiro José Maurício Domingues (2009) para quem a expressão progressista da modernidade latino-americana seria os movimentos sociais que permearam o tecido social e político do subcontinente de demandas por direitos vinculadas a construções identitárias, em que assumem destaque as identidades produzidas pela politização de segmentos da população rural. Essa reconhecida presença dos movimentos sociais tem centralidade na reconstrução da democracia no Brasil e interferiu significativamente na produção sociológica brasileira. Não por acaso, Eder Sader, autor do emblemático livro “Quando Novos Personagens Entraram em Cena” (1988), diante da retomada das greves nas metalúrgicas de São Paulo em fins dos anos de 1970, no contexto da Ditadura Militar, afirma: “eu não estava simplesmente diante de um momento de ruptura nos padrões de legitimação da ordem (...). Eu estava, sim, diante da emergência de uma nova configuração das classes populares no espaço público” (1988, p. 36). Para Sader, essa emergência era nova em relação ao período anterior ao regime, em relação à história brasileira e em relação a outras experiências que são referências de para compreensão da contestação não institucional moderna. O adjetivo “novo” indicava a possibilidade de atribuir sentido ao tempo de efervescência política no qual a experiência contestatória fundiu-se à luta por redefinição da relação entre Estado e sociedade em bases democráticas que, inclusive, alcançam a contemporaneidade. Isso não ocorrera, por exemplo, na explosão contestatória não institucional de 68 na França.

Entretanto, este trabalho quer chamar atenção para não somente para o uso do termo “novo” mas, principalmente, para o lugar atribuído à crise pela sociologia dos movimentos sociais feita no Brasil naquele momento, os anos de 1980. Talvez o adjetivo “novo” seja um indicativo da influência do marxismo na sociologia brasileira e, particularmente, nos estudos sobre movimentos sociais. Essa relação é possível quando se tem em consideração que, como fala Gerd Bornheim, “o novo passa com Marx a ser uma espécie de categoria” (2006, p. 104). Isso porque, segundo o autor, Marx estaria sempre buscando nos conflitos históricos a gestação daquilo que os sucede, sendo essa coisa sucessora algo irreduzível a qualquer parte específica do conflito que a constituiu, portanto, nova. Se a ação dos movimentos sociais era assim percebida, a crise não residia em suas experiências, ao contrário, o endereço da crise era o inimigo comum dos agentes da contestação, ou seja, o regime autoritário. Naquele momento, os analistas apontavam a crise como sendo do “Estado de exceção” em vias de desmembramento. Esse desmembramento seria impulsionado pela própria experiência dos movimentos sociais cujas ações ampliavam a crise de legitimidade dos militares.

Toda a descrição feita até agora aponta para um cenário instigante cuja dinâmica foi fonte de questionamento, inspiração temática e renovação teórica para a sociologia brasileira. Segundo Irllys Barreira (2011), o que os trabalhos sobre movimentos sociais destacavam, em diferentes matrizes argumentativas, era a necessidade do pensamento sociológico ampliar vias de interpretação. Essa ampliação teria em vista entender a diversidade de ações interclassistas provenientes de segmentos populares e de classe média, por vezes, inusitadas, com alvos diversos. A multiplicidade em questão exigia novas teorizações sobre os conflitos e as ações de agentes sociais. A pesquisa produzida a partir da noção de movimentos sociais como sujeitos coletivos que viabilizam distintas formas de expressar demandas, segundo Maria da Glória Gohn (1997), pode ser percebida em três fases. A primeira fase

circunscreve os trabalhos inspirados numa ampla convergência teórica e política entre intelectuais, setores políticos progressistas e lideranças dos próprios movimentos sobre o papel absolutamente transformador desses agentes no campo político da sociedade brasileira. A conjuntura de redemocratização e mobilização por direitos sociais, com vistas à elaboração da constituição, influenciou um projeto sociopolítico no qual a sociologia aparecia, simultaneamente, como pensamento esclarecedor e impulsionador. Os sociólogos, que se dedicavam a pesquisar as ações de contestação, quase sempre possuíam vínculos com os movimentos sociais para além do interesse de pesquisa. A atividade científica se colocava como ação comprometida com a ampliação da capacidade de intervenção dos sujeitos sociais politicamente mobilizados.

A segunda fase diz respeito a mudanças no temário dos movimentos sociais com destaque para as questões do meio ambiente e da diversidade sexual. Todavia, a maior modificação identificada pela literatura especializada diz respeito à forma de apresentação e às estratégias de luta dos movimentos sociais. Nesse sentido, fala-se do surgimento de expressões institucionalizadas de demandas por direitos em que as ONGs assumem importância e passam a participar do espaço público, partilhando a representação de interesses populares com os movimentos não institucionalizados. Fóruns e redes estabelecem espaços de interação entre os movimentos sociais e as ONGs numa elaboração, não sem conflitos, de programas políticos conjuntos. Portanto, a institucionalidade democrática dos anos de 1990 produziu espaços de participação social (conselhos, políticas públicas, orçamento participativo...) em que demandas, anteriormente apresentadas com ações de caráter reivindicativo, transformaram-se em propostas acionadas por meio de sistemas de parcerias dotadas de menor visibilidade política. Por conta dessas modificações nas práticas dos sujeitos coletivos, a sociologia afirmou uma “crise” da experiência dos movimentos sociais devido à percepção do refluxo de formas de ação direta por parte de segmentos e massas populares, bem como, a institucionalização de demandas sociais. Essa “crise” (ou a percepção das mudanças, assim nomeada), associada às novas formas de apresentação de demandas, produziu certo desinteresse da sociologia brasileira pelos movimentos populares, tendo a pesquisa social privilegiado outros temas nos anos 1990. Para Irllys Barreira (2011), essa relativa ocultação dos movimentos sociais na produção sociológica naquele decênio foi promovida, de um lado, por mudanças nas lentes analíticas e, de outro, por modificações nas formas de apresentação pública das demandas e ações coletivas. A rotinização das demandas em formas institucionais de processamento das reivindicações parece estar na base de certo “silêncio” analítico depois de tanto “barulho” na produção acadêmica sobre os movimentos sociais. Contudo, “isso parece ter decorrido não apenas dos processos de institucionalização e normalização, mas, pelos menos em parte, de mudanças nas categorias analíticas empregadas” (LAVALLE *et al.* 2004, p. 36). Nesse sentido, a sociologia pode ter passado por dificuldades para entender as transformações próprias ao campo político dos movimentos sociais que acabaram colocando em questão a aposta inicial dos estudiosos na capacidade das ações coletivas impulsionarem uma mudança radical da sociedade brasileira. Diante das mudanças nos padrões de enunciação e no fazer da luta social, a produção sociológica dedicou-se a outros temas e pôde rever exaltações sobre o potencial político dos movimentos sociais afirmadas para além das possibilidades historicamente postas à ação coletiva de contestação.

O início do século XXI reconstituiu o interesse acadêmico pelas ações coletivas – não com a mesma centralidade do período em que eclodiram as mobilizações antiautoritárias – impulsionado pela articulação de movimentos antiglobalização. Para Glória Gohn,

“a produção teórica sobre os movimentos sociais no novo milênio defronta-se com novas demandas, novos conflitos e novas formas de organização, todos gerados pelas mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX” (2008, p. 442).

Os efeitos da globalização, em suas múltiplas faces, reconduziram o tema dos movimentos sociais a um lugar central no plano internacional e como objeto de investigação por intermédio do movimento contrário ao neoliberalismo. Nesse sentido, a realização do Fórum Social Mundial (FSM) demarca um lugar de encontro das experiências sociais ocorridas no mundo inteiro, impregnadas de sentido emancipatório e antineoliberal, repondo internacionalmente a questão da multiplicidade da luta social e afirmando, o que também é dito por especialistas, a crise mundial. A terceira fase da literatura sociológica recoloca ações coletivas globais e locais no horizonte da disciplina, bem como, amplia possibilidades analíticas a fim de observar o potencial político da contestação. Na primeira década deste século, a crise, portanto, foi apresentada pelos sociólogos, e pelos movimentos, como sendo parte do outro, do sistema, do inimigo a ser enfrentado. Isso deslocou a residência da crise que, na última década do século XX, segundo a produção sociológica, encontrava-se localizada na própria experiência dos movimentos. A morada do impasse é o sistema-mundo e sua reprodução justo quando o capitalismo encontra-se globalmente estabelecido.

A segunda década do século XXI confirma essa retomada de interesse numa agenda que, para Maria Gohn e Breno Bringel (2012), está voltada para compreender o ativismo em escala internacional e transnacional, a renovação dos agentes de militância, o alargamento do campo participativo, a mudança própria ao cenário global (guerras e terrorismo) e a tendência crítica em relação ao eurocentrismo e ao ocidentocentrismo. Além disso, há que se considerar uma produção sobre movimentos sociais sendo feita fora de centros universitários que têm se consolidado como espaços não acadêmicos de produção de conhecimento. A despeito dessa efervescência, há que se considerar, no caso da sociologia brasileira, a produção de especialistas cujas afirmações apontavam, até momento bem recente, certa desmobilização das ações coletivas no Brasil. Até mesmo o Movimento Sem Terra, que fora considerado por diversos analistas, durante os anos iniciais dos governos pós-neoliberais no Brasil, como “o movimento que não parou”, estaria sendo percebido como menos atuante nesses anos 2010. Contudo, essa retórica, que transferia novamente a crise para a experiência dos movimentos sociais, mal fora apresentada deparou-se com os protestos de junho (de 2013) ocorridos durante a Copa das Confederações no Brasil. Inicialmente, dirigidos a contestar o aumento das passagens do transporte urbano nas capitais, as mobilizações adicionaram um universo amplo de temas, que podem ser agrupados na demanda por melhores serviços públicos, e espalharam os protestos por todas as capitais dos estados brasileiros e mais de uma centena de cidades. Estavam os analistas adequadamente mapeando um novo refluxo ou encontravam-se não atentos “ao fazer-se” daquilo que eclodiu em meados desse ano nas ruas do Brasil? E mais, em que medida as mobilizações de rua ocorridas em junho contribuem para certa “miopia do visível” (MELUCCI, 1994) e podem servir para ocultar a experiência de uma série de movimentos que estavam em luta antes mesmo dessa situação de maior visibilidade?

### **Considerações finais**

Este trabalho fez um dos possíveis percursos traçados pelos deslocamentos do termo crise na produção sociológica clássica e contemporânea. Assim, ficaram demonstradas diferentes concepções, associações e localizações para o conceito cujas mudanças evidenciavam ou tentavam compreender transformações sociais que exigiam e exigem do raciocínio sociológico uma resposta. A sociologia dos movimentos sociais, sobretudo no Brasil, é um campo fértil para entender esses deslocamentos e sua relação com posturas epistemológicas e contextos sociais. Por fim, o exercício realizado chama atenção para a não reificação de termos pretensamente explicativos, como o termo crise, cujo uso, por vezes, é extremamente contingente e circunstanciado. Essa sociologia da sociologia aqui trabalhada (BOURDIEU, 2004), além de necessária, impõe o refinamento e a precisão conceitual como dimensões

centrais ao trabalho sociológico. No caso em questão, esse rigor conceitual faz-se para que o termo crise tenha fecundidade explicativa e não para que o tal nomeie aquilo que não conseguimos explicar com os paradigmas disponíveis.

## Referências

ANDERSON, Perry. *A Crise da Crise do Marxismo. Introdução a um debate contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense. 1985. 219 p.

BARREIRA, Irllys. *O Reverso das Vitrines: conflitos sociais e cultura política*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992. 180 p.

BARREIRA, Irllys. O Lugar do Indivíduo na Sociologia: sob o prisma da liberdade e dos constrangimentos sociais. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v. 34, nº 2, 2003.

BARREIRA, Irllys. Social Movements, Culture, and Politics in the Work of Brazilian Sociologists. *Latin American Perspectives*. jan. 2011. p. 150-168.

BORNHEIM, Gerd. A Invenção do Novo. In: NOVAES, Adauto (org). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.103-118.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 315p

CAMIC, Charles; NEIL, Gross. “Contemporary developments in sociological theory: prospects and conditions of possibility”. In: *Annual Review of Sociology*, nº 24. 1998.

DOMINGUES, José Maurício. *A América Latina e a Modernidade Contemporânea. Uma interpretação sociológica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 255p.

GOHN, Maria da G. (Org.). *Os Sem Terra, ONGs e Cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens Teóricas no Estudo dos Movimentos Sociais na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, nº 54, p. 439-455, set./dez. 2008.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno. *Movimentos Sociais na Era Global*. Petrópolis: Vozes. 2012.

GOULDNER, A. *The Coming Crisis of Western Sociology*, New York, Basic Books. 1970.

HOBBSBAWM, E. *Rebeldes Primitivos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970, 242 p.

LAVALLE, Gurza; CASTELO, Graziela; BICHIR, Renata. Quando novos atores saem de cena – continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. *Cultura e Política. Revista de Sociologia e Política*. Florianópolis, UFSC, nº 5, p. 35-53, out. 2004.

MARX, Karl. *Consequências Sociais do Avanço Tecnológico*. Edições Populares. 1980.

MELUCCI, A. Movimentos Sociais, Inovação cultural e o Papel do Conhecimento. *Novos Estudos*. CEBRAP. Nº 40.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 332 p.

SALLUM Jr, Brasília. O Futuro das Ciências Sociais. A sociologia em questão. In: *Sociologia, Problemas e Práticas*. Nº 48, 2005. p. 19-26.

SANTOS, Boaventura S. *Conhecimento Prudente para Uma Vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

TAVARES, Maria da Conceição. *A Crise Financeira Atual*. Itamaraty. 2009.

THOMPSON, Edward. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa I*. Ed Paz e Terra, 1987.

TOURAINÉ, Alain. Na Fronteira dos Movimentos Sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, nº1, p. 17-28, jan/abr. 2006.